

14/03/2017

Deficiência Física: informações importantes para o atendimento de estudantes com esse perfil

A deficiência é definida na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU como um impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade com as demais pessoas (ONU, 2006).

A deficiência de natureza física é caracterizada pelo Decreto nº 3.298/99 como uma “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” (Art. 4º, 1999).

Os termos são relacionados com as partes do corpo envolvidas na alteração do tônus muscular, que causam a deficiência.

Entre os problemas apresentados por pessoas com deficiência física, detectamos a comunicação, principalmente em estudantes com lesão cerebral. A alteração do tônus muscular pode prejudicar as funções fonoarticulatórias, comprometendo a fala que poderá se apresentar alterada ou ausente.

Outro problema que pode ser apresentado é a interação com objetos que demandem de motricidade fina, como a grafia em cadernos de pauta comum, manuseio de materiais como livros e apostilas impressas, trabalho com recortes, entre outros, devido às alterações na função física dos membros superiores.

É importante salientar que as causas de deficiência física podem ser desenvolvidas antes, durante e após o nascimento, ao longo de toda a vida, e que podemos encontrar associações com outras privações sensoriais (visuais ou auditivas), deficiência intelectual, espectro autista ou outras necessidades, indicando que o conhecimento sobre todas as características do indivíduo se faz essencial.

Observadas essas características e com base no diagnóstico clínico multidisciplinar, alguns procedimentos são fundamentais para o direcionamento das atividades didático-pedagógicas junto a esse estudante no Ensino Superior:

1. Comunicação com família/escola anterior

Realizar uma reunião com a família e profissionais de educação e de áreas intersetoriais para compreender o histórico do estudante, avanços e perdas em termos de aprendizagem na sua escolarização, conhecer se existe uso de algum medicamento, terapia ou demais procedimentos que podem auxiliar no seu desenvolvimento na universidade. Esta é uma etapa FUNDAMENTAL para o início do processo de inclusão do estudante.

2. Conscientização dos colegas de sala

Explicar aos demais estudantes sobre as principais características do sujeito, especialmente relacionados com a comunicação, locomoção e deslocamento nos espaços (em alguns casos) e dificuldades com o manuseio de materiais. Caso o estudante prefira, pedir para que o mesmo realize essa explicação. É importante que os demais compreendam que a deficiência física é uma característica como qualquer outra, que requer cuidados específicos de comunicação, locomoção e uso de objetos, por isso, quanto mais informações precisas a turma tiver, melhor será o processo de inclusão.

3. Procedimentos didático-pedagógicos

De posse das principais informações sobre o comprometimento físico e motor do estudante, devem realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades do curso. Nesse sentido, a principal área que vai apoiar o desenvolvimento do estudante com deficiência física é a Tecnologia Assistiva (TA), centrada em estratégias, recursos e serviços, sendo esses:

a) Acessibilidade Arquitetônica em sala de aula: seleção de mobiliário adequado como mesas, cadeiras, quadro, de acordo com o que for solicitado por um especialista da área ou próprio estudante, e auxílio à sua mobilidade no ambiente, como cadeiras de rodas e andadores.

b) Acesso a computadores e ferramentas facilitadoras como colmeia, teclado adaptado, teclado virtual, ponteira, acionadores por voz ou comandos específicos, mouses adaptados e outros recursos, que facilitem o empenho do estudante em tarefas como leitura e escrita.

c) Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), ou seja, construção de pranchas ou placas de comunicação com letras, palavras e expressões que facilitem a compreensão de conceitos por educandos com dificuldades de fala e de escrita. Entre os principais recursos de CAA recomendáveis e de fácil acesso, podem ser citados: Prancha Fácil e QueFala, que são softwares livres. Acesso a esses softwares: <https://sites.google.com/a/nce.ufri.br/prancha-facil/> e <http://www.quefala.com.br/>

d) Adequação de materiais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado, tesouras adaptadas, entre outros.

4. Avaliação da Aprendizagem

Considerando as informações presentes nos procedimentos didático-pedagógicos, a recomendação é que a avaliação da aprendizagem privilegie sempre o uso de recursos de Tecnologia Assistiva ou acessibilidade. Para a realização de provas ou testes escritos e/ou transcrição de materiais, desenho e outros, uso do computador e instrumentos facilitadores como a colmeia e ponteira, quando necessário. Para a realização de provas e apresentações orais, caso exista a ausência de fala, uso da comunicação alternativa, e caso existam dificuldades fonoarticulatórias, questionar ao estudante se ele prefere falar para o grupo e, caso a resposta seja afirmativa, garantir a conscientização do grupo quanto às características comunicacionais do estudante, garantir também que o tempo para exposição seja acordado com antecedência. Não se deve propor uma avaliação diferente somente para esse estudante.

Danielle Santos

Coordenadora do Curso de Pedagogia EAD - UNOESTE

NEAD - Núcleo de Educação a Distância

Tel: 18 3229-3260 ramal 2154

<https://www.unoeste.br/site/ead/>